COMO A COMUNIDADE ESCOLAR LIDA COM A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

HOW THE SCHOOL COMMUNITY DEALS WITH THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER

Janaina Maria Maynard Marques

Especialista em Linguagem, Fonoaudiologia Neurofuncional e Fonoaudiologia Educacional pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, Fonoaudióloga

Andrea Michaela Leal de Macedo Neves

Fonoaudióloga

Gizelli Gambogi

Fonoaudióloga

Rita de Cássia Duarte Leite

Doutora em Psicologia do Desenvolvimento, Mestre em Ciências da Saúde, Fonoaudióloga

Resumo:

Introdução: Muitos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem dificuldades acadêmicas exigindo intervenções específicas para a inclusão escolar. A educação inclusiva requer a elaboração de condições diferenciadas de ensino para que ocorra a aprendizagem. **Objetivo:** Este trabalho teve como objetivo pesquisar através de uma revisão narrativa da literatura, como a comunidade

escolar lida com a Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA) no processo de inclusão de crianças com TEA e Necessidades Complexas de Comunicação (NCC). **Material e Métodos:** Esse estudo é uma revisão narrativa da literatura centrada em publicações nos últimos dez anos da Revista de Educação Especial, tendo como foco a pergunta: “a CSA, no processo de inclusão de crianças com TEA e NCC, é vista de que forma pela comunidade educacional?”. **Resultados:** Faz- se necessário: a formação teórico- prática na graduação dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas além das formações continuadas; a otimização das Salas de Recursos Multifuncional com o trabalho multidisciplinar; o acesso aos recursos de Tecnologia Assistiva (TA) incluindo a CSA em sala de aula e em todo o contexto educacional; bem como o uso de metodologias que promovam o levantamento das problemáticas e estratégias possíveis para garantir resultados efetivos, considerando as potencialidades e o contexto de vida e ensino- aprendizagem de cada aluno. **Conclusão:** A revisão narrativa da literatura realizada respondeu à pergunta foco da pesquisa e corroborou com a experiência clínica e educacional das autoras.

Descritores: Comunicação Suplementar e Alternativa, Tecnologia Assistiva, Treinamento de Professores, Inclusão

Abstract:

Introduction: Many students with Autism Spectrum Disorder (ASD) have academic difficulties requiring specific interventions for school inclusion. Inclusive education requires the development of differentiated teaching conditions for learning to occur. **Objective:** This work aimed to research, through a narrative review of the literature, how the school community deals with Augmentative and Alternative Communication (AAC) in the process of including children with ASD and Complex Communication Needs (NCC). **Material and Methods:** This study is a narrative review of the

literature centered on publications in the last ten years of the Special Education Magazine, focusing on the question: “the CAA, in the process of inclusion of children with ASD and NCC, is seen that shape by the educational community?”. **Results:** It is necessary: theoretical-practical training in the graduation of Pedagogy and Degree courses in addition to continuing education; the optimization of Multifunctional Resource Rooms with multidisciplinary work; access to Assistive Technology (AT) resources including AAC in the classroom and throughout the educational context; as well as the use of methodologies that promote the survey of problems and possible strategies to guarantee effective results, considering the potential and life and teaching-learning context of each student. **Conclusion:** The narrative literature review carried out answered the research question and corroborated the clinical and educational experience of the authors.

Key-words: Supplementary and Alternative Communication, Assistive Technology, Teacher Training, Inclusion

INTRODUÇÃO:

A linguagem é um sistema simbólico, construída socialmente e suas regras norteiam a comunicação. É determinante na constituição do sujeito e de sua inserção sociocultural e se destaca como elemento crítico na aquisição de outros sistemas de aprendizagem como a leitura e a escrita.

O prejuízo linguístico comum às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve dificuldades não apenas na comunicação não verbal, mas também nos processos simbólicos de representação verbal, nos aspectos pragmáticos da linguagem, na produção e na compreensão da fala e no uso de gestos simbólicos e de mímicas. Além dos distúrbios na linguagem, o TEA se caracteriza também pela

limitada capacidade interativa, atenção deficitária, repertório restrito e estereotipado de interesses e de atividades e por padrões atípicos de comportamento. Por consequência, é comum que alunos com TEA tenham dificuldades acadêmicas exigindo intervenções específicas para a inclusão escolar. A educação inclusiva requer a elaboração de condições diferenciadas de ensino para que ocorra a aprendizagem [1,2].

A formação de professores na perspectiva da Educação Inclusiva envolve o desenvolvimento não só de conhecimentos ligados à Educação Especial, mas também competências profissionais que possibilitem o acolhimento do aluno com TEA de forma a garantir a educação acadêmica de qualidade além da socialização. Para a lida com a diversidade na sala de aula comum, é necessário assegurar a formação continuada de professores na área mas, também, a inicial, que ocorre na graduação dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas. A prática pedagógica deve ser diferenciada desde o ato de planejar, ensinar e avaliar baseada em ação flexível, reflexiva, de modo a atender aos diferentes níveis, ritmos, interesses e motivação dos alunos [3].

Ainda são poucas as instituições de ensino superior que oferecem em seus currículos, disciplinas obrigatórias e/ ou eletivas específicas que discutam sobre a Educação Especial e menos ainda, sobre Tecnologia Assistiva (TA) e Comunicação Suplementar e Alternativa (CSA). Temos evidências científicas e práticas sobre o despreparo dos profissionais da educação de maneira geral para receber os alunos com deficiência [4].

Estudos evidenciam que programas de intervenção destinados às pessoas com TEA no ambiente escolar devem focalizar a aquisição da linguagem e da comunicação. Para isso, é fundamental a compreensão do contexto escolar do aluno para o emprego planejado de recursos de TA, incluindo a CSA, a formação teórica e prática da comunidade acadêmica além da intersetorialidade entre as áreas da educação e da saúde [1].

Entende- se como emprego planejado da TA, a implementação de maneira a auxiliar e apoiar o desempenho funcional do aluno. Para isso, é necessário que seja feita a

avaliação, a prescrição/ a indicação, o treinamento, o monitoramento do uso e, se possível, a auto-avaliação pelo próprio aluno em relação ao uso dos recursos propostos. Todo este trabalho deve contar com uma equipe multiprofissional especializada e intersetorial entre saúde e educação, sempre que possível e necessário, numa grande ação colaborativa, incluindo: professores, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, psicólogos, neurologistas, psiquiatras, oftalmologistas, engenheiros, técnicos em informática etc. [4].

Os professores devem estar preparados para elaborar o plano de instrução individualizado geral com objetivos a curto e longo prazo, em que se deve levar em consideração as habilidades e necessidades dos indivíduos, e os múltiplos fatores culturais e linguísticos e avaliar continuamente o progresso da aprendizagem do indivíduo. Mais ainda, o professor deve ajudar na facilitação desse plano instrucional em um contexto colaborativo, incluindo o aluno com deficiência, sua família e os outros profissionais que atuam com esse aluno. Na prática, nada mais é do que o Plano Educacional Individualizado (PEI), previsto na rede pública e privada, mas, difícil de ser executado. Dentro do perfil escolar que temos hoje, a ampliação da rede de Atendimento Educacional Especializado (AEE) no serviço público e a ampliação dos núcleos de inclusão na rede privada, poderá otimizar esse trabalho desde que a intervenção seja ampla, incluindo toda a comunidade acadêmica e a família. [1,3,5].

Pesquisa realizada revela a importância de ouvir os professores, suas necessidades, e ao mesmo tempo a necessidade de cobrar do poder público uma organização no sistema especializado de ensino, objetivando promover melhor interação entre professores regentes da sala de aula regular e professores especializados que atuam nas salas de AEE [1].

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, garante, desde 2008, o direito de todos os alunos estarem juntos nas escolas, aprendendo e participando, sem qualquer tipo de discriminação [1,6]. No entanto, acredito que, em alguns casos, a fim de garantir o ganho efetivo de habilidades e a

qualidade de vida, a educação especial em escolas especializadas se faça necessário.

Algumas pessoas com TEA tem dificuldades para generalizar comportamentos de ambientes estruturados para os não estruturados. Com isso, é de fundamental importância as práticas interventivas em contextos naturais e a escola, é um espaço importante para oportunizar o uso funcional dos recursos de CSA. Além de que, é fundamental a criação de comunidades acessíveis também em relação à comunicação. E para que haja acessibilidade comunicacional, é necessário que se tenha parceiros interessados, disponíveis e que saibam usar e fomentar a CSA [3, 7].

No entanto, é comum a dificuldade de professores e profissionais especializados em diferenciar métodos educacionais que se estruturam com uso de figuras e programas de comunicação. Ou seja, alguns professores usam as figuras para facilitar a realização de tarefas acadêmicas e favorecer a linguagem receptiva (compreensão) dos alunos com necessidades complexas de comunicação (NCC). Sendo que, os recursos de comunicação são para favorecer a interação, a socialização e a comunicação entre as pessoas e, consequentemente, apoiará o processo de ensino e aprendizagem, não podendo minimizar a linguagem expressiva [7].

Assim, este trabalho teve como objetivo pesquisar através de uma revisão narrativa da literatura, como a comunidade escolar lida com a CSA no processo de inclusão de crianças com TEA e NCC.

MATERIAL E MÉTODOS:

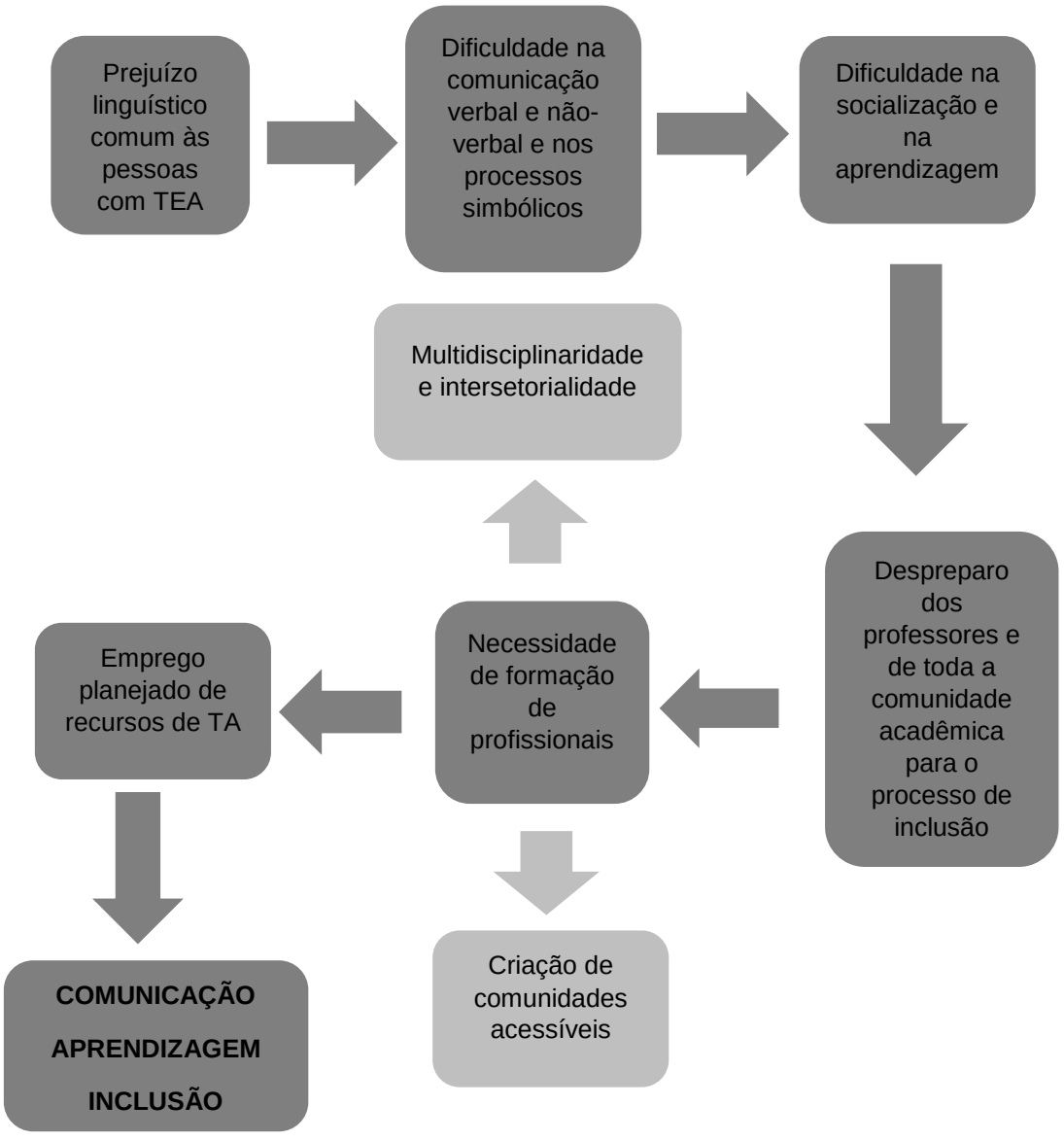
Esse estudo é uma revisão narrativa da literatura centrada em publicações nos últimos dez anos da Revista de Educação Especial, tendo como foco a pergunta: “a CSA, no processo de inclusão de crianças com TEA e NCC, é vista de que forma pela comunidade educacional? ”. Foram usados os seguintes descritores, a partir

do DECS, para a pesquisa: Comunicação Suplementar e Alternativa, Tecnologia Assistiva, Formação de Professores, Inclusão.

RESULTADOS:

Foram usados seis artigos dentre os 15 pré-selecionados a partir do título, desde que nele contivesse pelo menos dois dos descritores, para em seguida, realizar a leitura do resumo e verificar se atendiam ao objetivo da presente pesquisa e ser realizada a leitura na íntegra. A busca dos artigos foi feita de forma isolada a partir da pergunta central da pesquisa e interesse das autoras, além da experiência clínica e educacional de cada uma.

Podemos representar os resultados dessa pesquisa com o organograma abaixo:



DISCUSSÃO:

Os alunos com TEA e NCC costumam participar pouco das atividades acadêmicas, a interação com os colegas é escassa sendo muitas vezes direcionada exclusivamente ao profissional de apoio educacional e o aprendizado dos conteúdos pedagógicos limitado. É frequente o relato de professores referente à dificuldade de comunicar com os alunos com TEA e NCC, ou seja, dificuldade em dialogar, compreender e se fazer entender. Dessa forma, é indiscutível o comprometimento dos processos de interação e aprendizagem e a necessidade em se investir no preparo da equipe profissional além da disponibilidade do uso dos recursos adequados para cada aluno.

A formação de professores na perspectiva da Educação Inclusiva deve envolver o desenvolvimento não só de conhecimentos ligados à Educação Especial, mas também competências profissionais que venham a possibilitar o acolhimento do aluno com TEA e NCC não apenas para socializá-lo, mas para garantir educação acadêmica de qualidade. Faz- se necessário: a formação teórico- prática na graduação dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas além das formações continuadas; a otimização das Salas de Recursos Multifuncional com o trabalho multidisciplinar; o acesso aos recursos de TA incluindo a CSA em sala de aula e em todo o contexto educacional; bem como o uso de metodologias que promovam o levantamento das problemáticas e estratégias possíveis para garantir resultados efetivos, considerando as potencialidades e o contexto de vida e ensino-aprendizagem de cada aluno (SCHIRMER, NUNES, 2020).

CONCLUSÃO:

A revisão narrativa da literatura realizada respondeu à pergunta foco da pesquisa e corroborou com a experiência clínica e educacional das autoras. É evidenciado o despreparo dos profissionais da educação na lida com os alunos com TEA que envolve desde a qualidade da formação inicial e continuada e a falta de uma proposta pedagógica adequada que oportunize a inclusão real. Além disso,

destacou a falta de articulação entre os profissionais da saúde e da educação, a qual não favorece a realização do trabalho colaborativo, que deve incluir também a família e o próprio aluno com NCC, fundamental para o processo contínuo da inclusão onde todos seriam beneficiados nesse grande ciclo de ensino e aprendizagem.

Declara- se que não há qualquer conflito de interesse na realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS:

1. Walter CCF, Nunes LRP. Comunicação alternativa para alunos com Autismo no ensino regular. Revista Educação Especial, vol. 26, núm. 47, setembro-dezembro, 2013, pp. 587-601. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. [acesso em 11 out 2023]. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313128786007
2. Lorena P, Nunes LROP, Gerk, E. Estudo preliminar: construção do inventário de habilidades sociais para alunos sem fala articulada. Revista Educação Especial, vol. 33, 2020. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. [acesso em 11 out 2023]. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5902/1984686X42602
3. Schirmer CR, Nunes LROP. Efeitos da formação inicial de professores em Tecnologia Assistiva através de metodologia problematizadora. Revista Educação Especial, vol. 33, 2020. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil. [acesso em 11 out 2023]. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5902/1984686X36505
4. Marques JMMM. O Fonoaudiólogo Educacional e a Comunicação Suplementar e Alternativa. In: Deliberato D, Ferreira- Donati G, Montenegro ACA. Fonoaudiologia na comunicação alternativa: compartilhando saberes. São Paulo: ABarros, 202- P67- 77. [acesso em 10 mar 2024]. Disponível em: https://www.sbfa.org.br/portal2017/pdf/csa-compartilhando-saberes.pdf
5. Brasil. Decreto N° 7,611/ 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. [acesso em

10 mar 2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7611.htm#art11

6. Brasil. Portaria N°948/2007. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. [acesso em 10 mar 2024]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf
7. Nunes DRP, Barbosa JPS, Nunes, LRP. Comunicação Alternativa para Alunos com Autismo na Escola: Uma Revisão da Literatura. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v.27, e0212, p.655-672, 2021.

Data de entrega do trabalho ao Instituto Educacional MultiAprimorar

23 de março de 2024.